



Almirante Tamandaré

Prefeitura da Cidade

Secretaria Municipal de Governo

MENSAGEM DE PROJETO DE LEI – REFIS 2023

Excelentíssimo Senhor
Vereador **CLAUDECI APARECIDO RODRIGUES**
Presidente da Câmara Municipal de Almirante Tamandaré


Encaminhamos a mensagem n.º. 037/2023 solicitando que seja apreciado este Projeto de Lei, que "Regulamenta o REFIS/2023".

Contando com a acolhida e aprovação do referido Projeto de Lei n.º 037/2023 renovamos a Vossa Excelência e aos nobres Vereadores, nossos mais sinceros votos de estima e consideração.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ-PR,
em 14 de setembro de 2023.


APROVADO EM única DISCUSSÃO
POR unanimidade
SALA DAS SESSÕES 20/09/2023

Presidente


GERSON COLODEL
Prefeito Municipal

APROVADO EM Reborda final DISCUSSÃO
POR dispensa
SALA DAS SESSÕES 20/09/2023

Presidente

LIDO NO EXPEDIENTE DA SESSÃO DA
DIA 19 / setembro / 2023

Secretário



Almirante Tamandaré

Prefeitura da Cidade

Secretaria Municipal de Governo

PROJETO DE LEI Nº 037/2023

"Institui o Programa de Tratamento Diferenciado de Pagamento de Dívidas Tributárias ajuizadas ou não de IPTU, ISS e Taxas do Município de Almirante Tamandaré."

A CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, Estado do Paraná, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, no uso das prerrogativas legais e de acordo com o que estabelece o art. 69, incisos IV e VIII, da Lei Orgânica do Município, SANCIONO, a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS/2023, do Município de Almirante Tamandaré, destinado a promover a regularização de créditos do Município, relativo a débitos de IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, ISS – Imposto Sobre Serviços e Taxas, vencidos, inscritos em dívida ativa, ajuizados ou não.

Parágrafo único – O Programa de Recuperação Fiscal – REFIS/2023, não se aplica ao Imposto Sobre Serviços devido por empresas com domicílio tributário fora do Município de Almirante Tamandaré.

Art. 2º. O valor dos débitos a ser consolidado será determinado com base na legislação vigente, ficando o optante isento do pagamento dos juros de mora e multas, podendo o valor ser pago à vista ou de forma parcelada, conforme percentuais constantes no artigo seguinte.

Parágrafo único – Custas judiciais e honorários advocatícios são devidos, no caso de os débitos se encontrarem ajuizados.

Art. 3º. Os débitos poderão ser pagos em parcela única ou em até 6 (seis) parcelas, incidindo os seguintes percentuais de desconto dos juros de mora e multas:



Almirante Tamandaré
Prefeitura da Cidade
Secretaria Municipal de Governo

- I – 100% para pagamento em parcela única; APROVADO EM única DISCUSSÃO
POR unanimidade
- II – 80% para pagamento em 2 (duas) parcelas; SALA DAS SESSÕES 19 / 09 / 2023
- III – 60% para pagamentos em 4 (quatro) parcelas e; [assinatura]
Presidente
- IV – 40% para pagamentos em 6 (seis) parcelas.

Art. 4º. Os contribuintes com débitos tributários já parcelados, poderão cancelar seus parcelamentos atuais e aderir ao REFIS/2023.

Art. 5º. A adesão ao REFIS/2023 implica:

- I – Confissão irrevogável e irretratável de todos os débitos fiscais incluídos no programa;
- II – Renúncia a qualquer recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos.

Art. 6º. O contribuinte inadimplente poderá optar pela adesão ao REFIS/2023 até 22 de dezembro de 2023, formalizando seu pedido através de requerimento junto ao Setor de Tributação, na Prefeitura Municipal.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, tendo vigência até 22 de dezembro de 2023.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ-PR,
em 14 de setembro de 2023.

APROVADO EM Redação final DISCUSSÃO
POR dispensa
SALA DAS SESSÕES 19 / 09 / 2023

[assinatura]
Presidente

[assinatura]
GERSON COLODEL
Prefeito Municipal

LIDO NO EXPEDIENTE DA SESSÃO DO
DIA 19 / setembro / 2023
[assinatura]
Secretário



Almirante Tamandaré
Prefeitura da Cidade
Secretaria Municipal de Governo

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente
Excelentíssimos Senhores Vereadores

Submetemos à apreciação e aprovação de Vossas Excelências o Projeto de Lei nº 037/2022, que "*Regulamenta o REFIS 2023*"

O presente Projeto de Lei busca regulamentar o Programa de Recuperação Fiscal, tendo em vista o grande número de contribuintes inadimplentes no exercício e consequente baixa na arrecadação do Município.

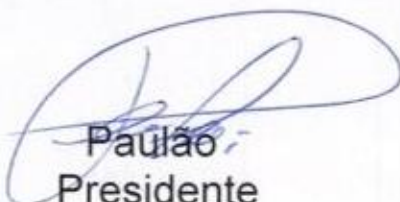
Diante do exposto, essa Administração busca garantir a eficiência tributária, mediante a efetiva arrecadação, e deste modo, o Município de Almirante Tamandaré deve adequar sua legislação municipal, e assim, apresenta a esta Casa de Leis, este Projeto de criação da Lei regulamentadora do REFIS, pelo qual pedimos respeitosamente a aprovação.

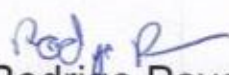
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ-PR,
em 14 de setembro de 2023.

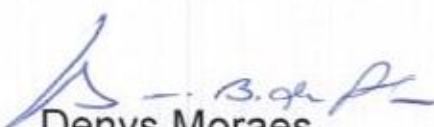

GERSON COLODEL
Prefeito Municipal



Aos 20 dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, às 08:00 horas, reuniram-se os vereadores componentes da comissão de legislação, justiça e redação na respectiva Sala, para analisar o Projeto de Lei nº 037/2023, de autoria do Poder Executivo assinado pelo excelentíssimo senhor Prefeito Gerson Colodel com a seguinte sumula: "Institui o Programa de Tratamento Diferenciado de Pagamento de Dívidas Tributárias ajuizadas ou não de IPTU, ISS e Taxas do Município de Almirante Tamandaré." Após análise do projeto acima citado, esta Comissão opinou pela legalidade e, no mérito, favoravelmente a suas aprovações, encaminhando para os trâmites normais.

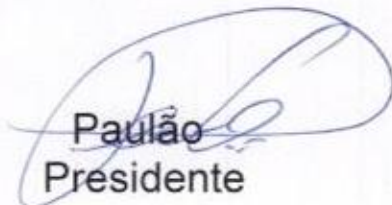

Paulo
Presidente

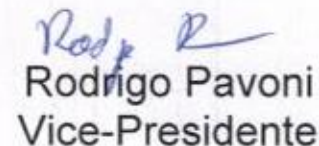

Rodrigo Pavoni
Vice-Presidente

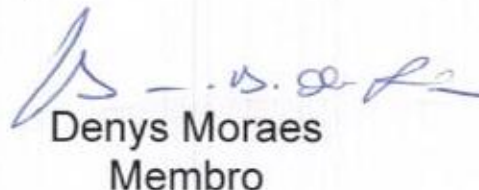

Denys Moraes
Membro



Aos 20 dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, às 08:00 horas, reuniram-se os vereadores componentes da comissão de legislação, justiça e redação na respectiva Sala, para analisar o Projeto de Lei nº 037/2023, de autoria do Poder Executivo assinado pelo excelentíssimo senhor Prefeito Gerson Colodel com a seguinte sumula: "Institui o Programa de Tratamento Diferenciado de Pagamento de Dívidas Tributárias ajuizadas ou não de IPTU, ISS e Taxas do Município de Almirante Tamandaré." Após análise do projeto acima citado, esta Comissão opinou pela legalidade e, no mérito, favoravelmente a suas aprovações, encaminhando para os trâmites normais.


Paulão
Presidente



Rodrigo Pavoni
Vice-Presidente


Denys Moraes
Membro




Aos 20 dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, às 08:00 horas, reuniram-se os vereadores componentes da comissão de finanças, orçamento e fiscalização na respectiva Sala, para analisar o Projeto de Lei nº 037/2023, de autoria do Poder Executivo assinado pelo excelentíssimo senhor Prefeito Gerson Colodel com a seguinte sumula: "Institui o Programa de Tratamento Diferenciado de Pagamento de Dívidas Tributárias ajuizadas ou não de IPTU, ISS e Taxas do Município de Almirante Tamandaré." Após análise do projeto acima citado, esta Comissão opinou pela legalidade e, no mérito, favoravelmente a suas aprovações, encaminhando para os trâmites normais.

Cezar Manfron
Presidente



Roque Luiz
Vice-Presidente

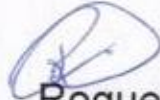


Ferrugem
Membro



Aos 20 dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, às 08:00 horas, reuniram-se os vereadores componentes da comissão de finanças, orçamento e fiscalização na respectiva Sala, para analisar o Projeto de Lei nº 037/2023, de autoria do Poder Executivo assinado pelo excelentíssimo senhor Prefeito Gerson Colodel com a seguinte sumula: "Institui o Programa de Tratamento Diferenciado de Pagamento de Dívidas Tributárias ajuizadas ou não de IPTU, ISS e Taxas do Município de Almirante Tamandaré." Após análise do projeto acima citado, esta Comissão opinou pela legalidade e, no mérito, favoravelmente a suas aprovações, encaminhando para os trâmites normais.

Cezar Manfron
Presidente



Roque Luiz
Vice-Presidente



Ferrugem
Membro